# Entre Hobbes, Rousseau e Keynes: A Construção da Ação Estatal no Desenvolvimento Econômico Sustentável

**Autor(res)**

Valéria Vanessa Eduardo
Vanessa Segna Tolentino
Paulo Andre Ferreira
Pedro Henrique Esteves Vilar
Mateus Yamashiro De Oliveira

**Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

**Instituição**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

**Introdução**

O desenvolvimento econômico sustentável em regimes democráticos exige a articulação entre fundamentos filosóficos e econômicos que legitimem a ação estatal. Nesse sentido, três autores clássicos oferecem bases teóricas essenciais: Thomas Hobbes, ao defender a necessidade de um Estado soberano para garantir ordem e estabilidade; Jean-Jacques Rousseau, ao destacar a legitimidade política derivada da vontade geral; e John Maynard Keynes, ao demonstrar a inevitabilidade da intervenção governamental em momentos de crise para recuperar a demanda e preservar o emprego.
A análise das crises econômicas de 1929, 2008 e 2014 evidencia como tais fundamentos permanecem atuais. O colapso da Bolsa de Nova York em 1929 impulsionou políticas como o New Deal, que inauguraram a intervenção estatal sistemática na economia. Em 2008, a falência do Lehman Brothers desencadeou uma recessão global que levou os EUA a adotarem o Troubled Asset Relief Program (TARP), enquanto o Brasil respondeu com estímulos fiscais e expansão do crédito público. Já a recessão brasileira de 2014 demonstrou os limites de políticas anticíclicas quando desacompanhadas de disciplina fiscal, estabilidade institucional e planejamento estratégico.
Nesse contexto, o estudo busca integrar teoria e prática para compreender como políticas públicas eficazes dependem de um tripé: estabilidade institucional, legitimidade democrática e intervenção estatal. Esse equilíbrio é fundamental para fortalecer a resiliência econômica, garantir a coesão social e assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento em longo prazo.

**Objetivo**

Analisar, sob uma perspectiva teórico-contextual, como Hobbes, Rousseau e Keynes fundamentam a existência do Estado, a legitimidade democrática e a intervenção econômica, relacionando essas concepções às crises de 1929, 2008 e 2014, a fim de compreender como políticas públicas podem promover desenvolvimento econômico sustentável.

**Material e Métodos**

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, apoiada em revisão bibliográfica e análise contextual. A pesquisa foi estruturada em duas etapas principais:

1. Revisão bibliográfica: consulta a obras clássicas — Leviatã (Hobbes, 1651), Do Contrato Social (Rousseau, 1762) e A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (Keynes, 1936) — além de estudos contemporâneos sobre crises econômicas, legitimidade democrática e políticas públicas. Foram incluídos artigos científicos, documentos oficiais e literatura especializada que discutem a relação entre teoria e prática estatal.
2. Análise contextual e estudos de caso: avaliação de crises históricas (1929, 2008 e 2014), com base em relatórios, estatísticas e periódicos especializados. O método dialético-comparativo foi aplicado para relacionar fundamentos teóricos às respostas políticas observadas, destacando convergências e limitações das intervenções em diferentes contextos nacionais.

Essa metodologia permitiu articular filosofia política, teoria econômica e análise histórica, fornecendo uma visão crítica sobre o papel do Estado no enfrentamento de crises e na promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

## Resultados e Discussão

Resultados e Discussão (até 4000 caracteres)

A análise confirmou que a interação entre estabilidade institucional, legitimidade democrática e intervenção estatal é decisiva para o desenvolvimento econômico em regimes democráticos.

Sob a ótica hobbesiana, a autoridade soberana constitui a base institucional necessária para evitar o caos social e político. Sem estabilidade, políticas públicas não encontram terreno fértil para prosperar. Rousseau complementa essa visão ao defender que apenas políticas respaldadas pela vontade geral têm legitimidade e adesão social. Políticas impostas sem consenso tendem ao fracasso ou à contestação. Já Keynes reforça a inevitabilidade da intervenção governamental em períodos de retração, destacando que a demanda efetiva insuficiente só pode ser corrigida pela ação deliberada do Estado.

Os estudos de caso ilustram essas concepções. O New Deal, nos anos 1930, e o TARP, em 2008, mostraram que programas públicos podem reverter crises profundas ao restaurar a confiança dos agentes e reativar a economia. No Brasil, medidas adotadas em 2008, como a expansão do crédito público e estímulos fiscais, reduziram impactos imediatos da crise global. Contudo, a recessão de 2014 revelou fragilidades: a ausência de disciplina fiscal e de estabilidade política comprometeu a eficácia das políticas, resultando em queda do PIB, aumento do desemprego e instabilidade institucional.

A comparação mostra que, embora o pensamento keynesiano continue relevante, sua eficácia depende do suporte oferecido pelos princípios hobbesianos de estabilidade e rousseaunianos de legitimidade democrática. Ou seja, não basta intervir: é necessário que a intervenção seja sustentada por um Estado sólido e respaldada socialmente.

Além disso, o debate contemporâneo sobre “too big to fail” evidencia novos desafios. O salvamento de instituições financeiras em 2008 gerou questionamentos éticos e políticos sobre os limites da intervenção estatal e a socialização de prejuízos privados. Tais dilemas reforçam a necessidade de políticas transparentes, regulatórias e orientadas pelo interesse público.

Portanto, políticas públicas eficazes não podem ser compreendidas apenas como instrumentos técnicos de intervenção, mas como expressões de um pacto social que equilibre Estado, mercado e sociedade. Esse tripé permanece central para o enfrentamento das crises atuais e futuras.

## Conclusão

O desenvolvimento econômico sustentável exige a articulação entre estabilidade institucional, legitimidade

democrática e intervenção estatal. Hobbes, Rousseau e Keynes fornecem fundamentos que permanecem atuais para a formulação de políticas públicas. Estudos de crises históricas mostram que, sem equilíbrio entre teoria e prática, as intervenções perdem eficácia. Assim, a construção de um Estado democrático forte e transparente é condição essencial para enfrentar crises e promover crescimento sustentável.

## Referências

HOBBES, T. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
ROUSSEAU, J.-J. Do contrato social. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1992.
COSTA, F. N. Crise econômica e política no Brasil: uma análise institucional. Revista de Economia Contemporânea, v. 21, n. 2, 2017.
SOUZA, A. L.; SILVA, R. P. Políticas anticíclicas no Brasil pós-2008: limites e possibilidades. Estudos Econômicos, v. 49, n. 3, 2019.
SILVA, A. R.; REZENDE. Crise financeira mundial de 2008 e seus impactos na economia brasileira. Fortaleza: UFC, 2012.
LIMA DA SILVA, G.; CARMO, W. A crise financeira de 2008 e seus impactos no Brasil. IFSP, 2025.
TIME MAGAZINE. “Too Big to Fail”. 2009.